

Relatório sobre a poluição do Rio Suiá-Miçu e suas conseqüências sobre a sociedade indígena Suyá.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 15 / 11 / 92
cod. EUD072 15

O presente relatório atende solicitação do Administrador do Parque Indígena do Xingu, Sr. Ianoculá Rodarte, ao Instituto Socioambiental, sobre a grave situação de poluição do Rio Suiá-Miçu, motivo de grande transtorno para a comunidade indígena Suyá, residente às margens deste rio, dentro do Parque Indígena do Xingu. Sua elaboração baseou-se no relato dos índios Camanin, Wetag e Kuiussi, representantes da sociedade Suyá e do servidor da Funai, Mairawê Kayabi, que trabalha no Parque do Xingu, bem como na análise preliminar de imagens de satélite.

1- Antecedentes:

A partir de 1990, a comunidade indígena Suyá percebeu que as águas do rio Suiá-Miçu começaram a ficar barrentas e apresentar continuamente manchas de óleo. É nas margens deste Rio que está localizada a aldeia dos Suyá e de onde os mesmos se abastecem de água para beber e de peixe, principal fonte de alimentação dos Suyá. Não é uma simples coincidência o fato deste Rio levar o mesmo nome do povo indígena. Os Suyá ocupavam e dominavam praticamente todo o curso do Rio Suiá-Miçu e dos seus principais tributários desde meados do século passado. Na sua história residiram em trechos distintos do Rio. Quando contatados pelos irmãos Villas-Bôas, em 1959, foram trazidos para o baixo curso do Rio Suiá-Miçu, tendo em seguida ocorrido a demarcação do Parque Indígena do Xingu (1961), a qual, não contemplou uma parcela considerável do território tradicional Suyá no seu limite oriental.

Preocupados com o aumento continuado da deterioração da qualidade das águas daquele que consideram o seu Rio, resolveram, em setembro de 1992, realizar uma expedição de verificação. Cinco Suyá, acompanhados do chefe do Posto Indígena Diauarum, da Funai, foram subindo o Rio Suyá até chegarem à fazenda Jaú, também conhecida como fazenda Roncador (vide mapa anexo). Nesta fazenda, encontraram uma enorme draga (vide fotos em anexo) que estava escavando o leito do Rio Daro, afluente da margem esquerda do Rio Suiá Miçu, local de antigos aldeamentos Suyá. O gerente da fazenda informou que o trabalho de aprofundamento do leito do Rio Daro visava a drenagem das áreas de alagação existentes ao longo de suas margens, permitindo, desta forma, a ampliação da área de pastagem da fazenda. Os Suyá, naquela ocasião, explicaram que a água do rio estava barrenta e com manchas de óleo, impedindo-os de pescar com arco flecha e obrigando-os a buscar água potável no rio Santo Antônio, próximo a sua aldeia. Perguntaram qual era a previsão para o término da mesma, sobre o que o gerente respondeu que duraria mais um ano. Retornaram para sua aldeia e verificaram, pouco tempo depois, que a poluição do Rio estava diminuindo, o que, porém, não durou muito tempo. Souberam que a fazenda, durante um breve período, ficou intercalando o tempo de dragagem como forma de minimizar a poluição do Rio. No entanto, alguns meses depois, a situação do Rio voltou novamente a alarmar os Suyá.

Em setembro de 1994, os Suyá realizaram uma nova expedição até a fazenda Jaú (ou Roncador). Desta vez, os Suyá mobilizaram outros grupos do Parque do Xingu, como os Txicão e os Kayabi, pois a poluição já se fazia sentir no próprio Rio Xingu, onde estão localizadas as aldeias destas etnias. Ao todo, participaram desta expedição dez índios, acompanhados pelo chefe do Posto Indígena Diauarum da Funai. Novamente, pediram explicações, principalmente sobre o porquê do trabalho da draga ter

continuado por tanto tempo, considerando o prazo de um ano dado pelo gerente na viagem anterior. O gerente alegou que a obra estava atrasada porque a draga tinha quebrado e prometeu que dentro de três meses tudo estaria terminado. Os índios ficaram bastante irritados e novamente argumentaram que aquela situação estava trazendo problemas de saúde para a comunidade, pois a água estava suja. Procurando contornar a situação, o gerente presenteou os índios com 3.000 lt de gasolina para buscarem água em outros rios mais limpos, próximos às aldeias. Novamente os Suyá retornaram para casa acreditando que aquele pesadelo estava por acabar em breve

Passados mais de dez meses da última viagem, os Suyá perceberam que novamente haviam sido enganados, pois a água do Rio Suiá-Miçu continuava sendo poluída. Vale ressaltar que ambas as expedições foram objeto de comunicação, através de rádio e de relatório, por parte do chefe do Posto Diauarum, sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelas instâncias superiores da Funai. A disposição atual dos Suyá é de tomarem uma providência mais drástica, no que foram momentaneamente dissuadidos pelo atual Administrador do Parque em favor de um encaminhamento mais adequado ao problema.

Este problema despertou uma percepção de futuro bastante preocupante para a sociedade Suyá. Com a efetivação do processo de ocupação da bacia do Rio Suiá-Miçu e, portanto, das áreas consideradas por eles como de uso tradicional, deixadas fora dos limites do Parque, somente agora os Suyá se aperceberam das implicações futuras de não mais disporem do domínio sobre o curso integral do Suiá-Miçu ou mesmo dos seus afluentes mais importantes. Ou seja, os Suyá entenderam que talvez jamais possam dispor de um rio de águas limpas e despoluídas com potencial pesqueiro, para seu uso exclusivo.

Este caso revela também a grave fragilidade ambiental do Parque Indígena do Xingu diante do processo de ocupação que vem se consolidando em seu entorno. A criação do então denominado Parque Nacional do Xingu em 1961, pelo então Presidente da República Jânio Quadros, fundou-se em argumentos que procuraram conciliar uma perspectiva de conservação da natureza com a preservação cultural das dezessete etnias que lá residem. E, de fato, se compararmos hoje a situação de conservação do Parque, com o modelo predatório de ocupação que vem ocorrendo em seu entorno, concluímos que o mesmo vem gradativamente se tornando um oásis na região onde está inserido e que os índios vem cumprindo de forma exemplar a missão que a eles foi confiada (vide mapa anexo - 1). Por outro lado, a demarcação do Parque não abarcou a cabeceira de nenhum dos principais afluentes do Xingu que deságuam dentro dos seus limites, desconsiderando a importância de se assegurar a conservação dos recursos hídricos como fator essencial à manutenção do ecossistema de um Parque. Esta situação deixou fora do controle dos índios a conservação dos recursos hídricos que integram o Parque, com a perspectiva de graves conseqüências futuras, no tocante à sustentabilidade socioambiental do Parque Indígena do Xingu.

O não acolhimento pelas autoridades competentes, da denúncia que ora a sociedade Suyá está apresentando, pode representar um perigoso precedente no que diz respeito ao cumprimento da legislação ambiental no Estado do Mato Grosso, considerando a gravidade e extensão do dano ambiental em questão. Além do mais, poderá representar também um desestímulo para as sociedades indígenas residentes no Parque, no sentido de continuarem mantendo a integridade dos recursos naturais lá existentes, a despeito de todas as pressões contrárias que vem sofrendo atualmente por parte de interesses econômicos regionais. O Parque Indígena do Xingu é hoje um importante patrimônio ambiental e cultural do Estado do Mato Grosso e mesmo do Brasil. Sua conservação depende sobretudo do apoio das autoridades competentes a nível federal, estadual e municipal, no sentido de apoiarem iniciativas que garantam a sustentabilidade socioambiental interna do Parque e de ações que disciplinem

o modelo de ocupação regional que vem se consolidando no entorno do Parque, de maneira a assegurar sua sustentabilidade futura.

2- Informações Adicionais:

A fazenda Jaú ou Roncador é um dos maiores empreendimentos agropecuários da Bacia do Rio Xingu. Seu proprietário é o Sr. Pelerson Soares Penido, empresário paulista, dono da Construtora Serveng Silviosan e da empresa de Viação Pássaro Marron. Outras informações coletadas na região revelam que, além do aprofundamento do leito do Rio Daro para drenar as áreas alagadas e ampliar a área de pastagem, está sendo desviado o leito deste rio, de forma conectá-lo a um outro pequeno igarapé (sem nome) que possui uma queda, de forma a aumentar o volume d'água do mesmo para viabilizar a construção (ou aumentar a capacidade) de uma hidroelétrica de pequeno porte. Além disso, os índios constataram que, no próprio trabalho de aprofundamento do leito para drenagem, as escavações não obedecem o traçado do rio Daro que é muito sinuoso, o traçado da draga segue em linha reta cortando as curvas do Rio, alterando o seu curso d'água. Enfim, trata-se de uma obra cujo "capricho" do proprietário da Fazenda Jaú se coloca acima de qualquer racionalidade técnica, e, o que é mais grave, se coloca acima da legislação ambiental e da legislação que disciplina o uso dos recursos hídricos existentes no país e no próprio Estado do Mato Grosso.

Pelo que foi possível verificar preliminarmente, as obras realizadas no Rio Daro não estão autorizadas por qualquer órgão federal ou estadual.

3- Análise preliminar de imagem de satélite:

O Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do Instituto Socioambiental analisou imagem digital do sensor TM-Landsat (224/68, de julho de 1994), que abrange a fazenda Jaú.

A visualização dos trechos do rio que foram abertos pela draga é prejudicada parcialmente devido a resolução espacial de 30 metros das imagens utilizadas, considerando-se a largura dos canais abertos pela draga, que deve oscilar entre 10 a 20 metros e a dificuldade em se definir claramente seu leito principal por ser um rio sinuoso e alagadiço. Entretanto, a movimentação de terra e o assoreamento provocado realçam a área atingida em relação ao seu entorno.

Através do software ARC/INFO, foram realizadas ampliações da imagem (vide anexo) que permitem que se visualize alguns trechos do rio, cuja coloração azul clara, se comparada a coloração dos demais trechos do rio, indica a existência de um excesso de partículas em suspensão na água, provavelmente decorrente da ação da draga no leito do rio. Para se ter uma confirmação conclusiva, é necessário realizar checagem em campo.

Estes trechos localizados na imagem, referem-se aos trechos que estavam sendo ou recentemente tinham sido objeto da ação da draga. Considerando a informação dos índios, de que desde 1990 o rio Suiá-Miçu está poluído, é possível que existam muitos outros trechos de rio que tenham sido trabalhados pela draga em outros anos, cuja identificação só será possível in loco, uma vez que já deve ter ocorrido um assentamento das partículas o que prejudica ainda mais sua visualização através de imagem de satélite de com datas posteriores.

**Coordenador do Programa Xingu.
Instituto Socioambiental.**